

**XXX Encontro Nacional de Economia Política
Universidade Federal de Campina Grande
08 a 11 de julho de 2025**

Área – Metodologia e História do
pensamento econômico
JEL: B29 ; O15

André de Jesus Torres*
Daniel Pereira da Silva**

**A cor do subdesenvolvimento: contribuições de Lélia Gonzalez à tradição
desenvolvimentista**

*The Color of Underdevelopment: Lélia Gonzalez's Contributions to the Developmentalist
Tradition*

RESUMO

Este trabalho visa apresentar e analisar paralelos e possibilidades de avanços entre as obras de Celso Furtado e Lélia Gonzalez, discutindo também formas de estender essas reflexões à Economia do Desenvolvimento, começando por Arthur Lewis e Gunnar Myrdal, autores clássicos do campo e que possuem obras centradas na questão racial. Em suas interpretações quanto ao subdesenvolvimento, encontramos, em Furtado e Gonzalez, o diagnóstico de que a sociedade brasileira se constitui da amálgama do colonialismo e do capitalismo, conformando uma estrutura socioeconômica dualista, dependente e fundamentalmente desigual. Nossa hipótese é que a interpretação de Gonzalez problematiza e acresce à de Furtado, Lewis e Myrdal, na medida em que flagra a estrutura racial que fundamenta a distribuição de renda, o mercado de trabalho, a geração de privilégios e o campo de luta cultural das sociedades de colonização ibérica na América.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Subdesenvolvimento; Cultura; Lélia Gonzalez; Celso Furtado.

1. Introdução

O presente trabalho realiza um esforço de apresentação, análise e desdobramento de importantes paralelos entre as obras do economista Celso Furtado (1920-2004) e da socióloga Lélia Gonzalez (1935-1994), discutindo formas de estender essas reflexões à Economia do Desenvolvimento, em particular aos autores clássicos¹ que fundaram o campo. Nas interpretações

¹ No pós-Segunda Guerra Mundial, da inconformidade com a contradição de que o centro do capitalismo vivia sua era de ouro enquanto a periferia enfrentava a persistência do subdesenvolvimento, surge nas ciências econômicas um campo dedicado a superá-la: a Economia do Desenvolvimento, cujos principais autores, os Pioneiros do Desenvolvimento, foram Rosenstein-Rodan (Polônia, 1902–1985), Ragnar Nurkse (Estônia, 1907-1959), Gunnar Myrdal (Suécia, 1898-1987), Albert Hirschman (Alemanha, 1915-2012), Hans Singer (Alemanha, 1910-2006), Michal

* Mestre e Doutorando em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC (UFABC)

** Pós-doutorando do Instituto de Economia da Unicamp, professor (licenciado) da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). Pesquisador associado ao Edital Universal do CNPq nº 402726/2023-5, sob coordenação do Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza. Contato: danielpsilva@hotmail.com.

de Furtado e Gonzalez sobre o subdesenvolvimento do Brasil, encontramos o diagnóstico comum de que as sociedades latino-americanas se constituem da amálgama do colonialismo e do capitalismo, conformando uma estrutura socioeconômica dualista, dependente e fundamentalmente desigual. Nossa hipótese é que a interpretação de Gonzalez problematiza e acresce à de Furtado – e, portanto, potencialmente a dos demais Pioneiros do Desenvolvimento – na medida em que flagra a estrutura racial que fundamenta a distribuição de renda, o mercado de trabalho, a geração de privilégios e prejuízos e o campo de luta cultural das sociedades de colonização ibérica na América.

Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Celso Furtado apresenta sua construção teórica sobre a formação histórica do subdesenvolvimento. O economista defende que, diferentemente do que houve nos países centrais, a absorção das sociedades latino-americanas pelo capitalismo não provocou um esgotamento das estruturas produtivas pretéritas. A dominação colonial implicou que esses territórios fossem submetidos como exportadores de alimentos e matérias-primas, no contexto da divisão internacional do trabalho que se configura no mundo a partir, sobretudo, do século XIX. Por conta da herança colonial, não houve reestruturação produtiva, distributiva e política, estruturas que se mantiveram voltadas para a exportação de bens primários ao centro.

No desenvolvimento econômico da América Latina, então, de acordo com Furtado, o capitalismo internacional se associa ao colonialismo local parindo o que o autor denomina de “capitalismo bastardo”, que conserva, já sob lógica capitalista, os domínios do latifúndio monoprodutor escravista. Essa dualidade estrutural² condiciona o sentido do desenvolvimento da região, constringendo-o à desigualdade, ao desemprego, à industrialização deficiente e à dependência.

De forma convergente, na coletânea de textos *Primavera para rosas negras*, de Lélia Gonzalez, identificamos sua análise sobre a dinâmica do subdesenvolvimento no Brasil. A autora também atribui esse fenômeno à problemática do desenvolvimento desigual que combinou as transformações capitalistas à manutenção das formas produtivas anteriores.

A partir desse capitalismo dual e desigual, as interpretações de Gonzalez e Furtado deitam atenção sobre as condições de determinação das formas de trabalho urbano, apontando o excedente

Kalecki (Polônia, 1899-1970), Arthur Lewis (Santa Lúcia, 1915-1991), Raul Prebisch (Argentina, 1901-1986) e Celso Furtado (Brasil, 1920-2004) (Cardoso, 2018).

² Segundo Arthur Lewis, no artigo *Economic development with unlimited supplies of labour* (1954), no qual formula seu modelo teórico, dualismo ou dualidade refere-se à coexistência de um setor moderno de alta produtividade e altamente desagregado, inserido em um amplo setor tradicional de baixa produtividade - daí sua metáfora de "ilhas de modernidade em um mar de atraso". Celso Furtado, no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), considera essa divisão é insuficiente para explicar a complexidade das economias periféricas, propondo o conceito de heterogeneidade estrutural para representar a coexistência de formas produtivas híbridas não-dicotômicas, mas em graus variados de modernização e de permanência de estruturas arcaicas dentro de uma mesma economia. Para os fins deste artigo, os termos serão utilizados de forma intercambiável, sem desconsiderar a distinção apontada por Furtado.

estrutural de mão de obra que se constitui nas economias da região. Esse excedente implicaria na cristalização de uma dinâmica concentradora de renda em favor dos lucros.

O conceituado Modelo de Lewis (1954, 1955) define as economias subdesenvolvidas a partir, justamente, da existência dessa oferta ilimitada de mão de obra não-especializada, de modo que seu desenvolvimento dependeria da transição da super população subempregada nos setores de subsistência, com baixíssima produtividade de trabalho, para os setores capitalistas de alta produtividade. Caberia ao Estado modificar a distribuição funcional do excedente econômico entre a sociedade, favorecendo os lucros dos empresários em detrimento não dos salários dos trabalhadores, mas da renda dos senhores de terras, historicamente brancos (Lewis, 1939)³, de modo a expandir rapidamente a base de acumulação do capital através da industrialização, formando um ciclo virtuoso de expansão do capital e geração de empregos, elevando assim progressivamente os níveis gerais de renda e qualidade de vida.

Ao ser reinterpretado por perspectivas raciais críticas, como a do feminismo negro de Lélia Gonzalez, o Modelo de Lewis, apesar de originalmente não contemplar essa dimensão, revela como o desenvolvimento depende de uma redistribuição racialmente inclusiva do excedente, capaz de corrigir essas desigualdades estruturais, que estagnam os salários e concentram improdutivamente a renda, sacrificando o potencial de expansão da demanda efetiva vital ao crescimento econômico (Torres, 2022).

As interpretações de Celso Furtado e Lélia Gonzalez, então, se afastam para depois se reencontrarem. Gonzalez encaminha um debate racial sobre a dinâmica de ocupação dos cargos formais e da estratégia de gestão do desemprego nacional, mostrando um complexo que reproduz desigualdades de classe e de raça conformadas por um sistema que também distribui privilégios econômicos, sociais e políticos em favor da população branca. Nesse sentido, para a autora, o desenvolvimento latino-americano, em especial o brasileiro, também se estruturaria a partir de uma *divisão racial do trabalho*.

O ponto de reencontro de Furtado e Gonzalez se dá no fato de que suas análises do subdesenvolvimento alcançam englobar as questões culturais a ele associadas. Enquanto Furtado debate o comportamento dos grupos de alta renda, Lélia Gonzalez detalha toda uma ideologia do branqueamento e da negritude cultural do Brasil. Cada um a seu modo, então, deriva aspectos culturais da condição econômica do subdesenvolvimento, evidenciando como a cultura pode operar tanto na reprodução das desigualdades e do racismo estrutural, quanto como forma de resistência. Nesse segundo caso, a força cultural da negritude — articulada por Gonzalez a partir da figura da

³ Lewis (1939) descreve as elites latifundiárias das Índias Ocidentais como brancas, e como supremacistas brancas; seriam essas elites, que tão pouco fazem pelo investimento produtivo, que o Estado deveria onerar pelo crescimento econômico, tributando fazendeiros e proprietários de terra (Lewis, 1955).

Mãe Preta — introduz o conflito racial no próprio núcleo do mal-estar que marca a civilização brasileira.

Essa perspectiva sobre a dimensão cultural do subdesenvolvimento permite aproximar o pensamento de Gonzalez também ao de Gunnar Myrdal, especialmente no que diz respeito à compreensão do racismo como uma estrutura que institucionaliza a desigualdade racial de forma econômica, política e cultural. A semelhança com a Teoria da Causação Circular Cumulativa formulada por Myrdal (1957) não é acidental. Pouco lembrado pela História do Pensamento Econômico — inclusive na Economia do Desenvolvimento — é o fato de que essa teoria teve como base empírica um estudo monumental de mais de 1.500 páginas sobre o racismo nos Estados Unidos (Sampaio, 2018)⁴, sistematizado na obra *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy* (Myrdal, 1944). A lógica circular da exclusão descrita por Myrdal, em que a desigualdade passada restringe cumulativamente as oportunidades futuras, ganha ainda mais nitidez em contextos marcados pelo dualismo geográfico⁵ e pela segregação socioespacial, como nas favelas das metrópoles brasileiras ou nos bairros marginalizados pelo *redlining* nos Estados Unidos. Tanto no centro quanto na periferia do capitalismo, o racismo segue relegando a população negra ao quarto de despejo do desenvolvimento.

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 1960, p. 31)⁶.

A imagem do “quarto de despejo”, elaborada por Carolina Maria de Jesus, não apenas reforça a violência simbólica da exclusão racial, mas também sintetiza a materialidade brutal do subdesenvolvimento em sua dimensão cotidiana. Sua escrita inscreve no campo da experiência vivida o que Gonzalez teoriza com precisão: a racialização das formas de exclusão que sustentam o desenvolvimento desigual. Ao iluminar essa estrutura, a perspectiva de Gonzalez permite revisitar e tensionar as formulações de Furtado, Myrdal e Lewis, explicitando as omissões raciais que permanecem latentes em suas obras. Mais do que complementar tais teorias, Gonzalez propõe uma inflexão analítica que recoloca a questão racial como fundamento da desigualdade econômica, da segmentação do trabalho e da distribuição do excedente. Este artigo, portanto, propõe uma

⁴ “[...] a Teoria da Causação Circular Acumulativa, mesmo sendo largamente utilizada por uma parte significativa dos economistas brasileiros, quando de debates sobre o nosso subdesenvolvimento, relega a planos inferiores ou trata de forma marginal um aspecto essencial: as bases de sua formulação foi resultante da imersão, de um dos maiores economistas do século XX, sobre o Problema do Negro Americano que, por uma rápida analogia, poderia, no mínimo, fornecer relevantes indicações para a melhor compreensão da Questão do Negro no Brasil [...]” (Sampaio, 2018, p. 23)

⁵ Ainda que Myrdal (1957) não empregue o termo dualismo, é possível compreender as causações circulares cumulativas como um tipo de dualismo geográfico, conforme formaliza Thirlwall em *Growth and Development* (1999), quando há disparidades de industrialização, emprego, renda e comércio dentro de uma mesma economia.

⁶ O trecho de Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada (1960), da catadora de materiais recicláveis e escritora negra Carolina Maria de Jesus, sintetiza o caráter excludente da dualidade entre a cidade e a favela.

reinterpretação crítica da Economia do Desenvolvimento a partir desse cruzamento teórico, apostando que a centralidade das relações raciais revela novas possibilidades analíticas e políticas para enfrentar os dilemas persistentes da desigualdade na região.

A abordagem proposta neste artigo exige uma perspectiva transversal, especialmente diante da tendência dominante de tratar a questão racial como um objeto específico, pontual ou restrito a subcampos isolados da disciplina. Ao contrário dessa lógica compartimentalizada, e sem negar seu papel, sustentamos que as dimensões raciais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento devem ser entendidas como constitutivas da própria racionalidade econômica moderna. Nesses termos, é importante interrogar não apenas o conteúdo das teorias, mas os marcos conceituais que determinaram o que pôde ou não ser pensado no interior da tradição desenvolvimentista, abrindo espaço para a incorporação de perspectivas como a de Lélia Gonzalez e para a construção de uma economia política efetivamente comprometida com a crítica às desigualdades racialmente estruturadas.

2. Raça na tradição desenvolvimentista

A Economia prevalece notoriamente atrasada em comparação com as outras Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na produção de conhecimento envolvendo raça⁷, silêncio esse que - apesar da relação intrínseca entre raça e desenvolvimento econômico⁸ - se estende ao campo do Desenvolvimento. Desde os clássicos, a questão racial foi negligenciada, podendo, em retrospecto, ser localizada apenas marginal ou indiretamente.

Rosenstein-Rodan tratou da desigualdade de renda entre nações e defendeu uma ação internacional redistributiva entre elas, sem, no entanto, sequer mencionar a dimensão racial dessa assimetria, ou outras questões étnico-raciais da Europa Central⁹ em meados de 1930. Apesar de ter se formado intelectualmente em uma região marcada por conflitos étnicos que se agravaram durante a consolidação de seu pensamento, Nurkse se concentrou na escassez de capital nos países subdesenvolvidos e nos desafios do financiamento para romper o ciclo vicioso da pobreza, sem adentrar em questões étnico-raciais¹⁰. Hirschman, cujas obras se destacam por integrar diversas

⁷ Segundo Advani et al. (2001), a economia, apesar de ser a área com o maior volume de publicações acadêmicas, é a que menos aborda questões raciais. Analisando 500.000 estudos em economia, ciência política e sociologia por meio de algoritmos, os autores identificaram um contraste significativo: desde 1960, foram publicados 13.000 trabalhos sobre raça em sociologia, 4.000 em ciência política e apenas 3.000 em economia, evidenciando a marginalização do tema na disciplina econômica.

⁸ A forma como riqueza e conhecimento são produzidos e distribuídos nacional e internacionalmente está diretamente ligada à divisão racial do mundo – a qual, desde o colonialismo, sustenta a modernidade capitalista – em avançado e atrasado, civilizado e selvagem, branco e não-branco, centro e periferia, enfim, desenvolvido e subdesenvolvido, construções históricas intrinsecamente interseccionais, inseparáveis das relações de raça, gênero e classe (Torres, 2023).

⁹ Sendo ele mesmo um judeu polonês que vivenciou na Universidade de Viena a escalada do racismo e nacionalismo, tendo abandonado a Áustria em 1930 por falta de perspectiva acadêmica sob a perseguição antisemita.

¹⁰ Nurkse nasceu em 1907 na Estônia, em um período de transição entre o domínio do Império Russo e a independência em 1918, e cresceu enquanto o país buscava consolidar sua identidade nacional frente a uma minoria russa ex-czarista.

disciplinas além da economia, como psicologia, filosofia, ética e literatura, não chegou até a questão racial – nem mesmo ao formular seu conceito de “fracassomania”¹¹, à despeito também de seu contato direto com elas¹².

Kalecki concebeu toda uma nova teoria macroeconômica robusta e ao mesmo tempo sensível aos aspectos políticos do emprego e da terra, reconhecendo a importância de reformas institucionais, sobretudo a agrária, para o desenvolvimento; e não obstante, as implicações raciais no acesso ao trabalho e em especial à terra em seu tempo e espaço não se traduziram em suas principais publicações¹³. A Tese Prebisch-Singer de deterioração dos termos de troca para países periféricos, embora trate de uma dinâmica fundada historicamente na colonização de povos não-brancos, não se aprofundou nessa perspectiva. Ademais, não obstante as desigualdades raciais e de gênero estarem na raiz da estrutura socioeconômica do sistema-mundo e se radicalizam em sua periferia, essa perspectiva não fez parte da abordagem original de Prebisch, sequer no Manifesto Latino-Americano¹⁴ que inaugura intelectualmente a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, lacuna científica essa que se estende ao pensamento desenvolvimentista da CEPAL bem como suas vertentes.

Apesar de existirem inúmeros motivos – científicos, acadêmicos, políticos e até pessoais – para que abordassem a questão racial, esses economistas não o fizeram porque estavam inseridos na tradição econômica eurocêntrica, a qual persiste até hoje marginalizando sistematicamente a raça como área, perspectiva ou ao menos objeto de pesquisa. Pode-se afirmar que, entre os Pioneiros do Desenvolvimento, os únicos a desafiar o epistemicídio racial na Economia foram Gunnar Myrdal, em *An American Dilemma* (1944), e Arthur Lewis, em obras como *Labour in the West Indies* (1939) e, sobretudo, *Racial Conflict and Economic Development* (1985), ao reconhecerem a relação intrínseca entre raça e subdesenvolvimento. Entretanto, essas contribuições não estavam imunes ao eurocentrismo da Economia.

Ainda que reconheça, corretamente, o racismo como um círculo vicioso da pobreza, Myrdal (1944) não o compreende suficientemente como um sistema de dominação política e exploração econômica. Para além da crítica do sociólogo marxista negro Oliver Cromwell Cox – que definia

Após a II Guerra o país passa por processos brutais de deportação e assimilação cultural soviéticas, com estonianos deslocados à força para a Sibéria e populações russas incentivadas a migrar para os países bálticos.

¹¹ Tendência autodepreciativa das autoridades latino-americanas, observada por Hirschman, de recorrerem a especialistas estrangeiros na busca por soluções rápidas e definitivas – discussão que se beneficiaria enormemente de um estudo racial sobre a dependência política e epistemológica dessas nações.

¹² Após a rendição da França aos nazistas em 1940, Hirschman trabalhou ajudando artistas e intelectuais a escapar da ocupação. De 1952 a 1956, viveu na Colômbia como consultor do Conselho Nacional de Planejamento, por indicação do Banco Mundial, tendo a oportunidade de observar sua complexa hierarquia racial de brancos, negros, mestiços e indígenas. Ele também visitou países subdesenvolvidos como Chile e Brasil, com realidades semelhantes.

¹³ A coletivização stalinista afetou desproporcionalmente povos não russos, como cazaques, tártaros e ucranianos, além de outras etnias da Ásia Central e do Cáucaso.

¹⁴ Ver *The Economic Development of Latin America and Its Main Problems in the 21st Century: A Feminist Perspective*, de C. Reis, R. Maciel e F. Cardoso, apresentado na 22nd Annual Conference of the Association for Heterodox Economists em 2020.

Myrdal como um moralista liberal-keynesiano em defesa do *status quo* –, destaca-se a da historiadora da filantropia norte-americana Maribel Morey (2001), em relação às intenções e influências da Carnegie Corporation sobre os projetos de educação e ciências sociais financiados por ela, incluindo o vasto estudo de Myrdal que originaria a obra de 1944. Para Morey, Myrdal (1944) refletiu o interesse da Corporação em normatizar socialmente uma visão de inclusão racial condicionada à integração e assimilação do negro pela sociedade branca dominante, em oposição à consciência e unidade racial, tanto nos EUA quanto em diversos países do continente africano aonde atuou, desde a virada do século.

Arthur Lewis (1985), por sua vez, afirma que seria preciso, sim, atacar as raízes psicológicas e econômicas do racismo, que impõe injustamente a inferioridade aos indivíduos e povos negros, porém responsabiliza os grupos subdesenvolvidos racializados por essa condição, condicionando sua superação à assimilação cultural e ideológica pelos valores iluministas e o que seria a ética do trabalho própria dos trabalhadores brancos dos países capitalistas avançados. Enquanto sua obra mais conhecida, *The Theory of Economic Growth* (1955) compactuou com o discurso imposto aos povos nativos de que o colonialismo representava desenvolvimento e a liberdade significaria o regresso à barbárie e animalização, trinta anos mais tarde Lewis contesta essa hipótese, porém o sentido do desenvolvimento permanece reduzido à reprodução, pelo colonizado, da forma civilizatória do colonizador, por meio, direta ou indiretamente, da assimilação cultural e modernização dependente – no limite, embranquecimento e ocidentalização.

Arthur Lewis e Gunnar Myrdal devem ser reconhecidos por abordarem questões relativas à raça e advogarem igualdade racial, mas criticados pela forma como o fizeram. Não obstante, ao fazê-lo, esses Pioneiros, ao contrário dos demais, abriram um espaço para o diálogo sobre raça na Economia do Desenvolvimento. É nesse sentido que este artigo explora possíveis pontos de convergência entre suas teorias e o pensamento de Lélia Gonzalez.

3. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento em Celso Furtado

A ausência ou o tratamento insuficiente da questão racial entre os principais nomes da tradição desenvolvimentista evidencia um limite teórico e político persistente na Economia do Desenvolvimento, mesmo entre autores como Lewis e Myrdal, que chegaram a tematizá-la. Esse limite ganha contornos ainda mais evidentes quando confrontado com os desafios históricos e estruturais da América Latina.

Com o objetivo de aprofundar essa problemática, a discussão que se segue se debruça sobre a teoria do desenvolvimento formulada por Celso Furtado (1983), um dos mais influentes intelectuais latino-americanos do século XX. Embora Furtado não incorpore a dimensão racial em sua análise, sua leitura histórica e estrutural fornece elementos fundamentais para compreender

como o capitalismo periférico consolidou formas próprias de desigualdade e dependência — terreno sobre o qual a crítica racial pode e deve ser mobilizada.

Com a Primeira Revolução Industrial e o decorrente advento de um núcleo industrial na Europa no fim do século XVIII, houve uma modificação qualitativa na economia mundial que impactou o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões do globo. A forte expansão da produtividade, decorrente da mecanização associada à intensa divisão do trabalho — contratado sob regime de assalariamento —, foi um divisor de águas na história da humanidade, uma vez que consolida o capitalismo como uma organização social de inédita profusão material (Hosbawm, 1977).

No século XX, no entanto, o capitalismo esteve recorrentemente na berlinda. As duas guerras mundiais, a Grande Depressão dos anos 30 e a ascensão da União Soviética fizeram com que o Ocidente tivesse sua organização econômica posta em forte julgamento. O bem-estar social, a estabilidade, a desigualdade e a dependência foram alguns dos diversos critérios utilizados para questionar os rumos das economias de mercado. De maneira especial, o *crash* da bolsa estadunidense, em 1929, significou o fracasso do liberalismo, não somente nos países centrais, senão que também na periferia do sistema (Hosbawm, 1995).

Nesse contexto, diversas teorias para o desenvolvimento econômico surgiram no lugar vacante que o liberalismo deixara. O norte era tentar explicar as diferentes condições que o passado e o presente punham ao progresso das sociedades. A América Latina, nesse contexto, voltava-se para as suas particularidades. Passados mais de um século dos processos de independência e das erráticas experiências liberais, o subcontinente encarava o atraso econômico e social que, de fato, havia se alargado em relação aos países centrais (Furtado, 1982). As promessas capitalistas de convergência das condições materiais entre centro e periferia não só pareciam enganosas como, na verdade, flagravam a dependência dos países não industrializados em relação às nações imperialistas.

É nesse contexto que Celso Furtado busca oferecer sua interpretação para a dinâmica do desenvolvimento capitalista. Preocupado com as condições específicas das economias latino-americanas, Furtado (1983) defende que o progresso produtivo inaugurado na Primeira Revolução Industrial não se deu de forma homogênea nos países que o capitalismo submeteu. Mais do que isso, a passagem ao desenvolvimento não se processou, segundo ele, de maneira etapista, em que cada economia cumpriria, em seu tempo, a trajetória iniciada pela Inglaterra.

A proposta de Furtado era a de que a forma pela qual as economias se associavam ao sistema produtivo global confinava suas possibilidades de desenvolvimento. Não era a livre iniciativa de empresários resolutos que inseria a organização do capital nas Américas. O capitalismo vinha de fora para dentro. Ele subordinava as economias do globo de acordo com as necessidades

produtivas e de consumo da Europa. Tratava-se de uma divisão internacional do trabalho na qual, pretensamente, cada país contribuía com os bens de que dispunha de vantagens comparativas. O raio-x dessas vantagens, contudo, segundo Furtado, revelavam a forma como as estruturas econômicas locais se conformam aos imperativos capitalistas (Furtado, 1983).

Nesse quadro, Furtado identifica duas estruturas resultantes da passagem ao modo de produção capitalista: a estrutura do desenvolvimento dos países centrais; e a estrutura de subdesenvolvimento dos países periféricos. No primeiro caso – da Europa ocidental, dos Estados Unidos e de outros poucos exemplos - o capitalismo alcança esgotar o modo de organização social anterior, promovendo uma profunda transformação nas condições sociais, produtivas e políticas desses povos, bem como em seus valores e sua mentalidade. O caso europeu é um representante excelente dessa transformação, tendo em vista que grande parte dos arranjos socioeconômicos feudais são suprimidos pela propriedade exclusiva e excludente dos meios de produção e pelo trabalho assalariado, crescentemente urbano e intensamente dividido (Furtado, 1983).

Nessas estruturas, a liberação da mão de obra campesina constitui uma oferta de trabalho abundante e barata aos empreendimentos capitalistas, que avançam a partir do reinvestimento dos lucros acumulados. Tais condições implicam no aumento da desigualdade social, tendo em vista que o contingente de pessoas desempregadas mantém os salários marginalmente superiores ao nível de subsistência (Furtado, 1983).

Ocorre, entretanto, que o avanço capitalista, em especial na indústria, alcança absorver o excedente de força de trabalho a ponto de conduzir tais economias ao pleno emprego. Esse evento, para Furtado, é fundamental, pois obriga que a economia passe a crescer não mais apoiada na assimilação de novos trabalhadores e trabalhadoras do setor de subsistência, senão que pelo aumento da produtividade dos fatores de produção, capital e trabalho. O desenvolvimento, assim, mostraria sua face, pelo avanço do progresso técnico e científico, da educação formal e das melhores condições de distribuição de renda e de vida da população, cujos salários tenderiam a avançar de acordo com a produtividade marginal do trabalho, criando um circuito virtuoso e autônomo, dada sua oferta de capital e a extensão de seu mercado interno (Furtado, 1983).

Essa não é a sina, todavia, dos países conformados na estrutura do subdesenvolvimento, notadamente a América Latina. Nesse caso, a integração com o sistema produtivo capitalista se dá como exportadores de alimentos e matérias-primas aos centros industrializados. Para exercer esse papel na divisão internacional do trabalho não é necessário que essas economias sejam submetidas àquela grande transformação socioeconômica e política, qual ocorrera na Europa. Na verdade, o capitalismo encontra na região toda uma estrutura já erigida para a produção agrícola voltada ao setor exportador, de modo que não lhe carece esgotar os arranjos econômicos, sociais e políticos herdados da colonização (Furtado, 1983).

Configura-se, assim, o que Furtado denomina de “capitalismo bastardo”, uma “formação de economias dualistas em que o núcleo capitalista passa a coexistir, pacificamente, com uma estrutura pré-capitalista” (Furtado, 1983, p. 143). Trata-se de um arranjo que conserva as condições produtivas já existentes, centradas no latifúndio monoprodutor escravista e voltadas, desde sempre, para a exportação de bens primários aos países do centro (Prado Jr., 2000). O capitalismo, por sua vez, contribui internamente com a lógica da maximização do lucro e com os ideais liberais para o Estado-nacional.

Ocorre que essa configuração dual impede o pleno desenvolvimento econômico da região. Isso porque o setor exportador, cerne da geração de renda nessa periferia, não fomenta, direta ou indiretamente, uma dinâmica de geração de emprego suficiente para esgotar a mão de obra da economia de subsistência. Isso ocorre não só devido ao fato de a agricultura e a mineração não possuírem tal potencial de demanda de mão de obra, como também pela concentração da renda gerada no setor exportador impedir a formação de um mercado consumidor que cristalize um circuito econômico interno autônomo (Furtado, 1983).

Há ainda um agravante à manutenção estrutural de um contingente de desempregados: as políticas de imigração europeias levadas à frente em diversos países da América (Furtado, 2004). Essas políticas - que visavam o embranquecimento da população, buscavam eliminar os traços negros e das populações indígenas, para “o progresso da civilização”, como preconizavam as teorias raciais do fim do século XIX e começo do século XX (Gonzalez, 2018a, p. 65) – acabaram por engrossar as fileiras de pessoas desempregadas, tornando ainda mais obnubilado o horizonte de pleno emprego na região .

A associação entre o desemprego em massa e a estrutura dualista das sociedades latino-americanas está na origem de seu subdesenvolvimento. Isso porque, o avanço da acumulação capitalista associa, desde sempre nessa região, o arcaico e o moderno, o rudimentar e o tecnológico, o atrasado e o avançado. Tem-se, aqui, uma heterogeneidade socioeconômica fundamental cuja principal característica é a desigualdade.

“O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já tenham alcançado grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 1983, p. 142). Nesses termos, Furtado chama a atenção para a forma pela qual o desenvolvimento capitalista se daria nas diferentes partes do globo, ressaltando que esse processo não pode ser tomado como um dado percurso de sucessivas etapas, mas para a conformação de estruturas distintas, historicamente determinadas e socialmente condicionadas. Haveria, portanto, na América Latina, uma espécie de desenvolvimento inferior, pela via do subdesenvolvimento.

Vale reforçar, ainda, que uma das principais características do capitalismo bastardo é a sua dependência dos centros desenvolvidos. Como a centralidade da geração de renda está inicialmente no setor exportador, a decisão de gasto que justificaria a produção e o investimento nas economias periféricas se realizaria a partir de fora delas, em outras palavras, o centro dinâmico das economias subdesenvolvidas é o mercado externo. Ademais, estando grande parte da população ainda ligada ao setor de subsistência, os ganhos de produtividade, seja pelo capital, seja pelo aumento de preços, não são revertidos em aumentos salariais, senão que em aumentos de lucros, em parte remetidos, via importações, para os países desenvolvidos (Furtado, 1983).

3.1 Dinâmica do desenvolvimento pela via do subdesenvolvimento

Segundo Furtado (1983), em um momento de crescimento do comércio exterior nos países subdesenvolvidos, mesmo que o centro dinâmico da economia ainda seja externo, seu efeito interno multiplicador será mais amplo, apontando na direção do aumento da demanda interna e dos lucros do núcleo industrial emergente, o que, por sua vez, amplia a renda monetária e reduz a faixa de subsistência. Contudo, a ampliação do mercado interno é acompanhada por um incremento da capacidade de importação, reduzindo a magnitude real do multiplicador interno. Em outras palavras, um aumento do comércio exterior tende a aumentar a renda interna dos países subdesenvolvidos, mas parte importante dessa renda acaba retornando ao exterior, pelo fato de essas economias, predominantemente agrárias, terem de importar grande parte dos seus bens de consumo.

Já, no caso de um período de baixa do comércio internacional, teremos uma redução dos preços dos produtos exportados e, logo, uma redução da capacidade de importação. Como a renda monetária não se contrai de forma perfeitamente elástica ao declínio das exportações, haverá uma relativa manutenção da demanda por importações, que tenderá a acarretar desvalorização cambial. Essa desvalorização encarecerá os bens importados e tenderá a transferir parte da demanda de manufaturados para as indústrias nacionais, mesmo que decline o nível da renda monetária. Contudo, a possibilidade efetiva de crescimento é reduzida, dado o aumento do custo de importação de bens de produção e insumos. Essa importação se faz necessária, pois a estrutura produtiva da indústria nacional não é completa (Furtado, 1983).

Esse estrangulamento externo, quando recorrente, induz um processo espontâneo de industrialização por substituição de importações. Todavia, essa industrialização se daria de forma incompleta e desordenada, uma vez que ocorreria de acordo com a conveniência mercadológica, sendo sempre voltada para bens de consumo, sobretudo das classes de maior poder aquisitivo. A concentração de renda, nesse sentido, teria função central: produziria, mais e mais, um mercado consumidor relativamente pequeno, mas de alto poder aquisitivo; ao mesmo tempo que aproveitaria do excedente de mão de obra não especializada e dos baixos salários dele decorrente. Mesmo que

atualizada pela industrialização e pelo deslocamento do centro dinâmico da economia para o mercado interno, por tanto, a dualidade estrutural da economia é mantida, fazendo funcionar a penúria e a ventura no interior do corpo social (Furtado, 1983) .

Nesses termos, para Furtado, “[a] fase superior do subdesenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial, capacitando-se esse para produzir parte dos equipamentos requeridos para que se efetue o desenvolvimento” (Furtado, 1983, p. 145). Tendo em vista que a industrialização ocorre no espaço de substituição de importações, esse avanço industrial, porém, se configura pela produção de mercadorias antes importadas do exterior. Para tanto, essa indústria adquire os equipamentos e assimila a organização produtiva desenhadas nos países centrais.

Essa caracterização da industrialização periférica não tem somente um efeito importante sobre a economia local. Por um lado, o avanço industrial constroi todo um espaço de ascensão social para o pequeno grupo de trabalhadores especializados, cujos aumentos salariais são justificados pela escassez de mão de obra técnica e pelo gradual aumento de produtividade, engendrados pelo próprio subdesenvolvimento (Furtado, 1983).

Vale notar que esse espaço de ascensão social é restrito pelas próprias condições por meio das quais se dá a industrialização. Isso porque os bens de capital importados para essa indústria têm origem nos países desenvolvidos, cuja menor oferta de trabalho força o desenvolvimento técnico a progredir no sentido de tecnologias de baixa intensidade de mão de obra. Sendo assim a indústria dos países subdesenvolvidos acaba tendo sua capacidade de absorção de força de trabalho restringida. O subdesenvolvimento, nesses termos, se constitui como um processo fechado que se aprofunda e que se autorregenera (Furtado, 1983).

(...) se nos limitamos a observá-la como um sistema isolado, a estrutura econômica subdesenvolvida pode ser descrita como um desequilíbrio ao nível dos fatores de produção, isto é, como um desajustamento permanente entre oferta e procura de fatores decorrente de certa articulação entre o perfil da demanda e as formas das funções de produção. Estas últimas, além de traduzirem o horizonte de possibilidades técnicas, condicionam a distribuição da renda.

Nesses termos, Furtado desvela todo um sistema econômico que entrelaça a divisão internacional do trabalho às formas de ocupação e desocupação da mão de obra nas economias domésticas. Observadas assim, podemos apreender as raízes históricas dos complexos de dependências e motricidades, de distribuição de renda, de transformação e conservação das sociedades, de progresso técnico e de atraso tecnológicos que acabam relegados à opacidade dos modelos ricardianos de especialização por vantagens comparativas.

3.2 Implicações sociais e culturais do subdesenvolvimento

A relação de imbricação entre países centrais e periféricos implica que a estrutura desenvolvida tem como condição (em algum momento de sua consolidação histórica) a existência de estruturas subdesenvolvidas. Da mesma forma que a estrutura desenvolvida só o é pela existência de outra, subdesenvolvida:

Depreende-se daí que uma economia subdesenvolvida não deve ser considerada isoladamente do sistema de divisão internacional do trabalho em que está inserida, e que, em suas raízes, o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza *cultural* e política (Furtado, 1983, p. 148, grifo nosso).

A integração fundamental entre as estruturas desenvolvidas e subdesenvolvidas se dá pelo fato de que aquelas só podem se especializar em novos bens de consumo – cujo processo produtivo exige progresso técnico e absorção de mão de obra – porque a produção de alimentos e matérias-primas passa a ser relegada aos países subdesenvolvidos que, para produzir tais bens, não necessitam promover grandes transformações socioeconômicas, de modo que se mantém preservada sua estrutura pré-capitalista.

Furtado defende, como consta na citação acima, que essa interação não é apenas econômica, senão que é também *cultural* (e política). Ele argumenta que aumento de produtividade nos países subdesenvolvidos não se traduz em aumento dos salários gerais (tendo em vista a manutenção do excedente de mão de obra), mas em aumento da renda e do consumo das camadas mais abastadas da população: a minoria proprietária e os grupos urbanos profissionais e burocráticos (Furtado 1983).

Essa apropriação dos ganhos de produtividade se daria pelo fato de que somente os detentores de fatores produtivos escassos, os trabalhadores especializados e capitalistas, teriam condições de reivindicar maior participação no crescimento da renda, enquanto os trabalhadores não especializados se manteriam com salários baixos, haja visto que o desemprego estrutural cuida de manter que a oferta de trabalho seja sempre maior do que a demanda deste (Furtado, 1983).

Mais do que isso, o padrão de consumo dessas populações de alta renda não se dirige a bens e serviços que tenham capacidade de gerar uma sinergia entre seu dispêndio e o produto destinado a setores de mais baixa renda. Seria esse o caso se os gastos da elite periférica se dirigissem, de maneira significativa, para produtos locais, cuja produção (1) demandasse uma maior absorção da mão de obra excedente e (2) se destinasse ao consumo da maior parcela possível da população (Furtado, 1983). Se assim fosse, a renda apropriada pela elite transbordaria, em seu consumo, para o restante da população, pela via da geração de empregos e aumento da massa de salários, constituindo um circuito relativamente autônomo capaz de conduzir a economia ao pleno emprego e ao progresso técnico.

Diferente disso, o dualismo e a heterogeneidade produtiva criam dois campos econômicos e culturais quase distintos e com pouca capilaridade entre si. Isso porque, as classes abastadas da

periferia, frente a tamanha desigualdade, buscam, antes, se identificar com os valores dos países centrais, de modo que se cria um *enclave social* no qual toda uma cultura material é orientada desde o exterior. Economicamente, essa identificação se traduz, por excelência, na tentativa da minoria rica e dirigente da periferia de *emular o consumo das economias desenvolvidas*. Esse comportamento não somente atualiza, mais e mais, a desigualdade e a pretensa distinção dessa minoria frente ao restante da população, como também faz com que ela defenda uma noção vulgar de progresso, concebendo-o como a capacidade de “importação de certos padrões culturais, ou seja, com a *modernização* dos estilos de vida” (Furtado, 1983, p. 181, grifo do original).

Essa mentalidade e esse comportamento, contudo, não têm seus efeitos restritos às fronteiras nacionais das economias periféricas. Antes, têm-se, como consequência, o reforço da dependência dessas economias para com os subsistemas cênicos, em razão de que uma parte importante da renda dos países subdesenvolvidos acaba remetida à economia dos países centrais. Isso se deve ao gasto com importações ser a principal forma da elite das economias periféricas de emular o consumo das economias desenvolvidas. Nesses termos, avança-se na dependência que reforça os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Mesmo se concebermos a possibilidade de que o processo de substituição de importações caminhe na direção de internalizar uma indústria de bens de consumo nos países periféricos, não haveria motivo para esperar que esse avanço modificasse a natureza dessas economias. Isso porque, essa industrialização implicaria no aumento do coeficiente de capital nos setores produtivos que, pela emulação ao centro desenvolvido, economizam mão de obra e exigem trabalho especializado. Dessa forma, aprofundam-se as desigualdades entre os setores avançados e atrasados dessa economia, agravando a heterogeneidade produtiva, o dualismo e a concentração de renda na periferia.

Em síntese: cabe ao processo de transplantação de modelos de consumo das economias “cênicas”, para os subsistemas periféricos, o papel determinante na alocação de recursos nesses últimos. Quanto mais intenso o progresso técnico e a diversificação das formas de consumo dos centros dominantes, maiores são as possibilidades, à igualdade de outros fatores, de acelerar o desenvolvimento dependente, e também maior a probabilidade de que a heterogeneidade estrutural se agrave nos subsistemas periféricos. Com efeito, a necessidade de elevar permanentemente o coeficiente de capital, no setor que produz para a minoria integrada no processo imitativo, impede uma mais ampla difusão do progresso técnico (inovação nos processos produtivos) nos segmentos da economia dependente, que produzam para o conjunto da população (Furtado, 1983, p. 183).

Ademais, se o efeito desse processo, é que a elite na periferia passa a confundir desenvolvimento com a europeização americanização estadunidense da cultura e dos estilos de vida, então amplia-se a identificação desse grupo, não com a larga parcela da população que é alijada do progresso, mas com as imagens e ideais, sobretudo materiais, percebidos nos sujeitos das economias desenvolvidas.

O aparelho produtivo, que satisfaz às necessidades da minoria rica do subsistema dependente, longe de constituir um prolongamento do aparelho produtivo tradicional, ou uma transformação deste, instala-se para satisfazer às necessidades de uma clientela que antes se abastecia de importações. Do ponto de vista do sistema capitalista considerado globalmente, trata-se de transplantação, do "centro" para a "periferia", de atividades produtivas ligadas a uma clientela perfeitamente condicionada e sob controle (Furtado, 1983, p. 183).

Vale notar que, em sua primeira publicação, uma análise das condições de vida da classe trabalhadora nas Índias Ocidentais sob o imperialismo britânico — e das possibilidades de gerar crescimento econômico capaz de elevá-las —, Arthur Lewis (1939) identifica a supremacia branca como traço político dominante das elites econômicas desses países: por se identificarem culturalmente com as colônias, as elites latifundiárias brancas optam por decidir as políticas econômicas nos “clubes de campo” entre "partidas de golfe e whiskies com soda" (Lewis, 1939, p. 41), completamente distanciados da realidade nacional, invés de promoverem o desenvolvimento — redistribuindo as terras cujo monopólio perpetuava a escravidão. Conforme a máxima, atribuída a Thomas Sankara: “É preciso escolher entre champanhe para alguns ou água potável para todos”¹⁵.

Assim, de maneira acumulada, dependente e cíclica, o dualismo do ponto de vista econômico, se traduz em dualismo cultural que, por sua vez, retroalimenta a estrutura do processo produtivo. “Desenvolvimento ‘periférico’ passa a ser, portanto, a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no progresso técnico” (Furtado, 1983, p. 182).

4. O capitalismo brasileiro em sua realidade racial: Lélia Gonzalez

Como exposto, a interpretação de que a formação econômica e social do Brasil amalgamaria um dualismo estrutural é central na obra de Celso Furtado. Lélia Gonzalez, por sua vez, reconhece esse dualismo, enquanto heterogeneidade, embora identifique a necessidade de abordá-lo cuidando de suas incontornáveis contradições. Para a autora, essas contradições produzem um movimento dialético que tanto ameaça quanto conserva o sistema socioeconômico brasileiro, de modo que o

¹⁵A máxima “*Il faut choisir entre le champagne pour quelques-uns ou l'eau potable pour tous*” encapsula o conteúdo do discurso de Thomas Sankara em sua intervenção na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1984. Nessa ocasião, Sankara denunciou os contrastes do sistema internacional em termos que tornam evidente essa crítica: “*Je parle au nom des mères de nos pays démunis qui voient mourir leurs enfants de paludisme ou de diarrhée, ignorant qu'il existe pour les sauver des moyens simples que la science des multinationales ne leur offre pas, préférant investir dans les laboratoires de cosmétiques et dans la chirurgie esthétique pour les caprices de quelques femmes ou hommes dont la coquetterie est menacée par les excès de calories de leurs repas trop riches et d'une régularité à vous donner, non plutôt à nous donner, à nous autres du Sahel, le vertige.* [Falo em nome das mães de nossos países empobrecidos, que veem seus filhos morrerem de malária ou de diarreia, sem saber que existem meios simples para salvá-los — meios que a ciência das multinacionais não lhes oferece, preferindo investir em laboratórios de cosméticos e em cirurgia estética, para satisfazer os caprichos de algumas mulheres ou homens cuja vaidade é ameaçada pelo excesso de calorias de suas refeições demasiado ricas e de uma regularidade de dar vertigem — não a vocês, mas a nós, do Sahel.]” (Sankara, 1984, p. 451, tradução nossa).

equilíbrio produzido pela combinação das estruturas pré-capitalista e capitalista não pode ser entendido como estático, senão que como um resultado dinâmico, cujo eixo motor é a necessidade de minimizar suas insubsumíveis dependências (Gonzalez, 2018a).

Lélia Gonzalez, compreende a coexistência de três processos de acumulação de capital no interior dessa heterogeneidade estrutural. Tratam-se dos processos do: (1) capitalismo comercial, (2) capitalismo industrial competitivo e (3) capitalismo industrial monopolista. No primeiro caso, o capital comercial, se caracteriza pela manutenção de formas de trabalho pré-capitalista, voltadas para a exploração da terra, de ferramentais e outros recursos fixos por meio de trabalho não assalariado. A acumulação de capital, nesse processo, se daria pela apropriação do excedente da subsistência do trabalhador (Gonzalez, 2018a).

O capital industrial competitivo, tipicamente capitalista e nacional, emprega mão de obra assalariada na produção, sobretudo, de bens de consumo não-duráveis. Esse setor combinaria, segundo a autora, uma demanda instável, margens de lucro pequenas ou flutuantes, baixa produtividade e alta intensidade do uso de mão de obra, de modo que os salários teriam forte participação nos custos totais do setor. Essa combinação resultaria na tendência de que as remunerações dos trabalhadores sejam mantidas em baixos níveis e de que houvesse resistência ao cumprimento das leis sociais e à aceitação da atividade sindical (Gonzalez, 2018a).

O processo de acumulação do capital monopolista, diferentemente, se concentra nos setores com alta taxa de rendimentos – o setor de bens de consumo duráveis, em geral - e tende a ser operado, na América Latina, por empresas multinacionais. Nesses setores, os salários conformam um menor peso relativo na estrutura de custos e há uma maior demanda por trabalhadores especializados, constituindo, inclusive, carreiras profissionais estáveis, com remunerações maiores, cumprimento das leis sociais e maior disposição de tolerar e negociar com organizações trabalhistas (Gonzalez, 2018a).

Em suma, nota-se nas economias periféricas da América, sobretudo no Brasil, a coexistência de três processos de acumulação distintos, embora somente os arranjos industriais (o capital competitivo e o capital monopolista) constituem, de fato, mercados de trabalho. De todo modo, essa abordagem nos permite vislumbrar trabalhos de qualidades distintas, além de uma grande dispersão dos salários.

Nesse ponto, Lélia Gonzalez questiona como se constitui a dinâmica racial do uso da mão de obra. A autora verifica que há, de fato, um excedente estrutural de força de trabalho, que configura um exército industrial de reserva funcional à lógica de reprodução de tais economias. Igual a como em Furtado, Gonzalez confere a esse excedente de força de trabalho o papel de manter baixos os níveis salariais, especialmente nos setores comandados pelo capital competitivo (Gonzalez, 2018a).

Contudo, a constituição histórica do trabalho assalariado no Brasil, em conjunto com a verificação empírica dos dados sobre o mercado de trabalho, revela uma articulação racial entre desemprego e assalariamento pelo capital competitivo. As políticas de imigração europeia, iniciadas antes mesmo da abolição da escravidão, no contexto das medidas que intentava embranquecer a população brasileira - sob apoio das teorias raciais do fim do século XIX e começo do XX - relegam, ao desemprego, a população egressa e descendente da escravidão. O desemprego, portanto, tem cor: ele é predominantemente negro (Gonzalez, 2018a, p. 57).

Em contraponto, as pessoas empregadas pelo capital competitivo tendem a ser, em sua maioria, brancas. De fato, segundo Mário Theodoro (2022), no começo do século XX, 90% dos empregados da indústria em São Paulo eram imigrantes. Essa disparidade faz com que, em 1930, o governo Vargas edite o decreto 19.482, obrigando os empregadores a ter pelo menos dois terços de mão de obra brasileira dentre seus empregados.

Constituir-se-ia, aí, todo um circuito complexo de privilégios e prejuízos de classe e de raça. Por um lado, os trabalhadores estariam encerrados entre o desemprego e o trabalho de baixa remuneração. Essas condições impedem que os ganhos de produtividade do setor remunerem proporcionalmente a mão de obra, elevando a participação dos lucros na renda e, portanto, aprofundando o abismo social, já incontornável devido à chaga da escravidão.

Por outro lado, o recorte racial dessa articulação revela uma rede de privilégios aos brancos, para muito além do aumento da renda dos capitalistas. Isso porque, a predileção geral por trabalhadores de origem ou descendência europeia concede a esse grupo uma série de vantagens competitivas - que lhes dão acesso ao sistema formal de emprego, com relativo crescimento da proteção social, mesmo que combatida, e remunerações periódicas. Tais condições concedem mais estabilidade à população de brancos e, logo, alarga a possibilidade de ascensão econômica desse grupo (Gonzalez, 2018a).

Já na década de 1940 nomes de famílias imigrantes começam a despontar no cenário político e econômico e mesmo no meio artístico, consolidando uma trajetória de mobilidade social positiva. Hoje, grande parte da representação política e do empresariado tem origem na imigração do final do século XIX. Essa ascensão não se estendeu à população negra. Aos negros restaram os piores postos de trabalho, o subemprego, os mais insalubres locais de moradia nas áreas periféricas e a falta de serviços públicos (Theodoro, 2022, p. 19).

A “marginalidade funcional” (Gonzalez, 2018a, p. 57) da população preta, relega esses sujeitos à desocupação, às atividades terciárias de baixa remuneração e à totalidade do trabalho empregado, direta ou indiretamente, submetido ao capital comercial, cuja acumulação se dá, exatamente, pela exploração não assalariada da miséria material que, assim como o desemprego negro, é parida da escravidão.

O capital monopolista, por sua vez, emprega quase que exclusivamente mão de obra branca, de modo que o trabalho negro se constitui, aí, como “massa marginal” (Gonzalez, 2018a, p. 57). Alijada desse setor produtivo com melhores condições de trabalho, resta à população negra contemplar sua exclusão e a cristalização de sua estagnação social. As famílias brancas, em contraste, têm abertas as possibilidades de melhorar, sobretudo intergeracionalmente, suas condições de vida. Embora essa melhora não seja inexorável e, tão pouco, desobrigue da dura lida diária, há um horizonte de possível prosperidade para a branquitude, conformando uma classe média branca, especializada e com condições de resiliência.

E nesse sentido que o racismo - enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas - denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social (Gonzalez, 2018a, p. 65).

Dentre o que há de mais fundamental na obra de Lélia Gonzalez, contudo, está o seu cuidado de não recair em economicismo. A aparente não funcionalidade da população negra que conforma a massa marginal no setor de maior valor agregado e de maior prestígio da sociedade é mais sintomática do que real. Ela é uma peça fundamental da exploração política, social e psicológica das negras e dos negros.

O privilégio racial é um dos pontos-chave dessa posição, uma vez que ele evidencia como, em todos os níveis, o grupo branco foi beneficiário da exploração dos grupos raciais. Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro (Gonzalez, 2018a, p. 63).

Ao questionar a funcionalidade da presença e da ausência negra nos processos de acumulação capitalista, Gonzalez evidencia todo um sistema de apropriação que extravasa em muito as fronteiras materiais e se instala no simbólico, na subjetivação, na ideologia. Sua abordagem permite observar que a sociedade brasileira não somente se reproduz condicionando o negro ao seu lugar, senão que também conferindo à branquitude o *status* de normalidade e totalidade.

A esse processo - que queremos qualificar também de *acumulativo* – Lélia Gonzalez denomina de *ideologia do branqueamento*. Trata-se de um discurso de dominação, uma solução de compromisso para as contradições que fundam nosso laço social. Sob esse discurso, a realidade é representada de maneira conveniente e tendenciosa, de modo que os sujeitos que se constituem desse discurso – seja como beneficiários, seja como prejudicados – têm o dever de reproduzir e atualizar, mais e mais, essa dominação. A eficácia da ideologia do branqueamento, aí reside: na

disputa pelo espaço de possibilidade da consciência e dos comportamentos dos agentes racialmente divididos. (Gonzalez, 2018a, p. 64)

Um dos principais dispositivos que realiza essa ideologia é o “mito da democracia racial” (Gonzalez, 2018a, p. 64), que se apoia na miscigenação, na igualdade liberal e na negação cínica do racismo para narrar uma sociedade na qual seria inviável determinar quem não é negro, de modo que os imperativos de cor seriam subsumidos, inócuos. Esse movimento esvazia o ser-negro de sentido social e político, obnubilando a branquitude sub-reptícia dos valores, da religião, da estética, da moral, das instituições, dos julgamentos, dos comportamentos e das representações mentais.

A partir dessa leitura, é possível fazer uma conexão direta com o conceito de mito do desenvolvimento de Celso Furtado (1974)¹⁶, graças ao qual “[...] tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência [...]” (Furtado, 1978, p. 76). A subjugação do sentido econômico da sociedade à americanização estadunidense e europeização da cultura e dos estilos de vida, discutida no capítulo anterior, pode ser entendida como um mecanismo social de diferenciação racial: por meio da emulação cultural do centro, as elites periféricas brancas se diferenciam da massa populacional, descendente de escravizados, enquanto os afrodescendentes, na busca por humanização, mimetizam culturalmente as elites, reforçando esse sistema de inferiorização que perpetua a heterogeneidade estrutural e o subdesenvolvimento.

Portanto, o mito do desenvolvimento orbita e eclipsa o mito da democracia racial: ao mesmo tempo em que o racismo reduz e condiciona a superação do subdesenvolvimento ao embranquecimento cultural, a ciência econômica dominante negligencia a relação intrínseca entre raça e desenvolvimento, impedindo que os países periféricos identifiquem o verdadeiro sentido da coletividade, tendo coberto suas peles negras com máscaras brancas que impedem que vejam a si mesmos com seus próprios olhos. Historicamente, a luta contra um certamente se beneficiou da luta contra o outro, mas unificá-las é uma tarefa ainda em construção. Nesse sentido, por mais que Furtado não tenha se aprofundado nos debates, obras e autores que formaram Lélia Gonzalez - sendo a maioria deles seus contemporâneos - não há razão justificável para esperar o mesmo das atuais e futuras gerações de economistas brasileiros.

Nesses termos, o que a obra de Lélia Gonzalez faz é deslindar essa trama, mostrando que, as sociedades cindidas pela escravidão colonial ibérica configuram polaridades raciais que preenchem o sentido da heterogeneidade socioeconômica fundamental reconhecida por Celso Furtado. De fato, Gonzalez ilumina os tons “de um Brasil subdesenvolvido, que concentra a maior parte da população

¹⁶ Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), tomando "mito" como uma construção ideológica que naturaliza e mascara desigualdades, ele argumenta que o desenvolvimento, amplamente reduzido tão somente à reprodução do estilo de vida dos países centrais, é inatingível, pois generalizá-lo para todos do planeta levaria ele inexoravelmente ao colapso ecológico. Tal mito serviria apenas para convencer a periferia subdesenvolvida a aceitar sacrifícios como o caráter predatório do sistema produtivo, dependência econômica do centro, e destruição de suas culturas e ecossistemas.

de cor, de um lado; e de um Brasil desenvolvido, que concentra a maior parte da população branca, de outro [...]” (Gonzalez, 2018a, p. 67). Mais do que isso, ela amalgama o desenvolvimento branco ao subdesenvolvimento negro, mostrando as engrenagens de acumulação material e simbólica do maquinário racial da nossa sociedade.

4.1 A cultura da resistência

A potência da interpretação do Brasil de Lélia Gonzalez não encerra em uma caracterização do racismo estrutural brasileiro. Ela vai muito além na tarefa de evidenciar a centralidade negra da nossa sociedade, uma vez que não negligencia a agência do povo negro frente a exploração objetiva e subjetiva a que os brancos lhe submetem. Se o verbo que caracteriza essa agência, o *resistir*, é, de alguma forma, esperado, o sujeito que o comanda, sem dúvida, rompe com inúmeras camadas da alienação ideológica brasileira. Esse sujeito é a “Mãe Preta” (Gonzalez, 2018b).

Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o "*oscuro objeto do desejo*" (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na "*negra vontade de comer carne*" na boca moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. (Gonzalez, 2018c, p. 204)

A Mãe Preta é a responsável, segundo Gonzalez, pela vitória no campo em que a negritude impera em cada um de nós: a cultura. Como uma *eminência negra*, a agência da Mãe Preta remonta desde as mucamas e amas de leite do período colonial, sendo atualizada após a abolição como cuidadoras, e trabalhadoras domésticas (Gonzalez, 2018b). Nesse sentido, ela é o sujeito que explora as contradições da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial, uma vez que ocupa os lares patriarcais “como se fosse da família”.

Para sustentar sua interpretação, Lélia Gonzalez lança mão das psicanálises de Sigmund Freud e de Jacques Lacan. Por esses meios, a autora defende que a função materna de humanização e introdução na cultura é feita socialmente pela Mãe Preta: “é por essa razão que a cultura brasileira é eminentemente negra” (Gonzalez, 2018b, p. 41). A mãe preta ocupa o campo da função materna no Brasil, sendo, portanto, responsável pela transmissão – mesmo que inconsciente e subjetiva – de valores, da linguagem e de “uma série de outras coisas que vão fazer parte do imaginário da gente” (Gonzalez, 2018c, p. 205), estruturando-nos desde a nossa primeira infância, seja enquanto indivíduos, seja enquanto sociedade.

A Mãe Preta, em suma, é responsável por introduzir em nós o mal-estar da civilização brasileira. Ela solda o conflito racial à nossa constituição subjetiva. Graças à ela, temos todos, brancos e negros, de nos haver com a negritude que nos constitui desde dentro, que lateja e que

encontra vazão na cultura. Ninguém passa incólume ao batuque, ao “pretuguês”, às memórias ancestrais e histórias orais, ao molejo do corpo, à religiosidade afetuosa, à rigidez calorosa, ao trabalho duro, a o espírito descontraído e à resiliência do espírito malungo preto (Gonzalez, 2018c).

Ocorre que de maneira nenhuma nossa negritude se traduz em leveza do trato racial. Na verdade, ela enseja uma forma de resistência própria do brasileiro, uma resistência repressiva. A cultura negra se choca com os imperativos ideológicos do branqueamento. O resultado é que desenvolvemos uma série de recursos para lidar com a contradição que nos constitui enquanto sujeitos e sociedade. A própria ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, como também o patriarcalismo e o cordialismo sínico são expressões daquilo que chamamos de soluções de compromissos que buscam equilibrar o conflito racial, da mesma forma que reproduzem o discurso obscuro e violento da superioridade branca. Constitui-se, assim, toda uma neurose cultural brasileira (Gonzalez, 2018c, p. 200).

A profundidade da constituição subjetiva negra, contudo, encontra seus meios de driblar as imposições superegóicas da ideologia branca. O carnaval, segundo Gonzalez (2018c), é o momento excelente da manifestação quase-onírica da negritude recalcada que comunga - na avenida, no bloco ou na frente da televisão – com o mito da democracia racial. Brancos falam em comunidade, em brasilidade e cantam aos quatro ventos os sambas-enredos sobre a experiência e a luta daqueles que, quando não, inferiorizam.

Na quarta-feira de cinzas, a neurose brasileira impõe seus sintomas, recalques e desmentidos. A política de encarceramento em massa, a criminalização da pobreza, o discurso da meritocracia, a tutela infantilizada - *modus operandi* que atualiza a reprodução e acumulação do racismo brasileiro – retomam com as forças renovadas e acrescidas de agressividade, devido ao arrependimento narcísico pela sedição à negritude (Gonzalez, 2018c).

4.2 Entre o circuito cultural e a violência simbólica e material

A associação das interpretações do subdesenvolvimento brasileiro de Celso Furtado e Lélia Gonzalez nos permite contemplar toda a tensão de um sistema de trocas e apropriações econômicas e culturais, cujo recorte racial revela íntimos fundamentos da nossa dinâmica social.

Por um lado, temos um processo de desenvolvimento dualista pela manutenção de um setor pré-capitalista ou marginal que funciona para promover desigualdade econômica de tal monta que elide as possibilidades de identificação material entre o grupo de alta renda – beneficiário do sistema – e o restante da população, cuja condições de vida evoluem marginalmente. Antes disso, a elite das economias periféricas volta seus olhos para os países centrais, identificando-se com seus valores – inclusive pela ancestralidade – e buscando simular seus padrões de consumo e aspectos culturais.

Essa emulação, contudo, não encerra seus efeitos na camada mais abastada da população brasileira. Na verdade, o fato de a elite dominar os valores materiais faz com que ela estabeleça as referências para a valoração pessoal no laço social. Significa dizer que a os grupos de renda mais alta estabelecem os padrões, sobretudo de consumo, que acabam sendo almeçados pelos grupos menos favorecidos, representando promessas de logro quase sempre frustradas para a vida destes. Desemprego, pobreza e frustração desnudam a desigualdade e a estagnação social do subdesenvolvimento, apontando, no limite, para reações violentas como forma de adentrar os espaços sociais e simbólicos dos quais a população pobre é excluída.

E essa violência precisa ser pensada em amplo aspecto. Não é somente o crime que aparece como forma de alçar ou manter os valores materiais e sociais. É também, e sobretudo, a violência da dita ideologia do branqueamento. Fazer-se branco se torna um norte para a inclusão em diversos espaços físicos e simbólicos. Cabelos, posses, vestimentas, vocabulário, referências, discursos; todos esses campos de valores estéticos e econômicos, por exemplo, conformam mecanismos de apagamento da negritude, em prol do reforço de uma branquitude travestida de universal.

Em *Negro drama*, música dos Racionais MC's (2002), um marco poético da música brasileira e da resistência negra, nos defrontamos com essas violências, verso a verso:

(...)
Negro drama, cabelo crespo e a pele escura / A ferida, a chaga, à procura da cura
(...)
Desde o início por ouro e prata / Olha quem morre, então veja você quem mata
Recebe o mérito a farda que pratica o mal / Me ver pobre, preso, morto já é cultural
(...)
Eu era a carne, agora sou a própria navalha
(...)
Ei, senhor de engenho, eu sei bem quem você é / Sozinho cê num guenta, sozinho
cê num entra a pé
Cê disse que era bom e as favela ouviu / Lá também tem whisky, Red Bull, tênis
Nike e fuzil
(...)

Desta forma, esse circuito cultural e a violência simbólica e material são resultados diretos do subdesenvolvimento, da desigualdade, da heterogeneidade produtiva e do racismo que estrutura a sociedade brasileira e seus processos de acumulação. E a interpretação de Lélia Gonzalez, nos permite, ainda, ir além, e enxergar na agência histórica da mulher negra um logro social incontornável. Ao ser impelida à função materna, a Mãe Preta nos introduziu – enquanto sujeitos e, sobretudo, enquanto sociedade – na cultura. Sua linguagem, seu afeto, suas histórias e sua força internalizaram em nós, brancos e pretos, o conflito racial e, com ele, nos fez íntima e visceral a negritude, quer queiramos, quer não.

5. Considerações finais

Este artigo partiu da hipótese de que a leitura crítica de Lélia Gonzalez sobre o subdesenvolvimento racializado oferece uma contribuição capaz de tensionar os modelos clássicos da Economia do Desenvolvimento. Ao dialogar com Arthur Lewis, Gunnar Myrdal e Celso Furtado, evidenciamos como a dimensão racial, embora presente em Lewis e Myrdal, permanece marginal na tradição desenvolvimentista. Furtado, em particular, embora ofereça uma potente abordagem sobre o subdesenvolvimento latino-americano, ignora o racismo como estrutura fundante da formação social brasileira. Gonzalez, ao contrário, propõe uma inflexão crítica que recoloca a raça no centro da análise sobre a desigualdade e o subdesenvolvimento.

A análise de Celso Furtado sobre a formação do subdesenvolvimento mostra como o capitalismo se expandiu de forma desigual entre centro e periferia, gerando estruturas próprias e historicamente determinadas. Ao propor o conceito de “capitalismo bastardo”, Furtado revela como a modernização periférica conservou elementos herdados da colonização e impediu a transformação profunda das estruturas sociais. Nesse contexto, a persistência de um excedente estrutural de força de trabalho e a dependência externa limitam o dinamismo interno e a superação da desigualdade. Este artigo retomou essa leitura estruturalista para evidenciar seus limites, sobretudo quanto à ausência da dimensão racial como elemento constitutivo dessas formas de organização econômica e social.

Na obra de Celso Furtado, as questões culturais ocupam um papel central na reprodução do subdesenvolvimento. Para o autor, o subdesenvolvimento não se limita a uma configuração econômica, mas implica também a internalização, pelas elites periféricas, de valores e estilos de vida oriundos dos países centrais. Essa emulação cultural conforma um padrão de consumo dissociado das condições estruturais da maioria da população, reforçando a desigualdade e aprofundando a dependência. A cultura, nesse sentido, não é neutra: ela organiza o imaginário social e orienta decisões econômicas, contribuindo para que o progresso técnico e os investimentos produtivos se orientem à manutenção do privilégio, e não à transformação social. Trata-se, assim, de um mecanismo simbólico fundamental para a reprodução das hierarquias estabelecidas no interior das economias periféricas.

A isso se soma o estrangulamento externo e a seletividade da industrialização por substituição de importações, que não é capaz de absorver o excedente de mão de obra nem de criar um mercado interno de massas. Ao se articular a essas dinâmicas, a crítica de Arthur Lewis à supremacia branca nas elites coloniais das Índias Ocidentais revela que o subdesenvolvimento na periferia global não é apenas econômico, mas também cultural e racialmente estruturado. Nesse quadro, o desenvolvimento deixa de ser um processo universal para se mostrar como privilégio seletivo, guiado por valores e estruturas herdadas da dominação colonial.

A leitura de Lélia Gonzalez permite aprofundar criticamente a concepção estruturalista de subdesenvolvimento, revelando que a heterogeneidade fundamental das sociedades latino-americanas não se explica apenas por fatores econômicos e históricos, mas se organiza em torno de polaridades raciais forjadas pela escravidão colonial. A autora identifica na divisão racial do trabalho o fundamento da persistente desigualdade social e da segmentação dos mercados de trabalho, apontando como a condição de marginalidade funcional da população negra opera como engrenagem material e simbólica da reprodução do subdesenvolvimento.

A articulação entre capital comercial, competitivo e monopolista evidencia que o racismo estrutura não só o acesso ao trabalho, mas também os horizontes de ascensão social, estabilização econômica e participação política. Ao escancarar os privilégios brancos e os prejuízos negros inscritos nos processos de acumulação e nas dinâmicas ideológicas — especialmente por meio do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento — Gonzalez reconstrói o subdesenvolvimento como um regime racializado de organização da vida.

A articulação entre racismo, consumo e frustração social revela que a emulação da branquitude pelas elites e pelas camadas populares não é apenas um reflexo do subdesenvolvimento, mas um de seus dispositivos centrais de reprodução. A ideologia do branqueamento, como demonstra Lélia Gonzalez, opera não só pela exclusão material da população negra, mas pela imposição de valores que deslocam os sujeitos da periferia para uma busca contínua por pertencimento, reconhecimento e humanidade nos moldes da brancura hegemônica. O “negro drama”, poeticamente narrado pelos Racionais MC's, manifesta essa violência histórica e cotidiana: da exclusão à assimilação forçada, da estética ao consumo, da frustração ao confronto.

Ainda assim, Gonzalez nos convoca a reconhecer na figura da Mãe Preta uma agência histórica que funda o campo simbólico da nação, revelando que a resistência negra não é apenas reação, mas constituição. A cultura negra, ao ser transmitida como cuidado, afeto e linguagem, inscreveu-se no imaginário nacional como contradição viva da ideologia do branqueamento e como memória encarnada da dívida histórica do Brasil com sua população negra.

O circuito econômico-cultural apreendido da interpretação de Brasil de Gonzalez, então, complementa e enriquece o de Furtado, Lewis e Myrdal, acrescentando a eles, além da racialização dos processos de acumulação econômica, as cores da resistência de processos sociais de subjetivação. Lélia Gonzalez devolve negras e negros ao (sub)desenvolvimento econômico do Brasil e à economia política brasileira, tornando evidente, na realidade nacional, o lugar de centralidade e protagonismo que o capitalismo e a sua abolição, de fato, não os fizeram deixar de ocupar.

Bibliografia

- ADVANI, Arun et al (2021). “Race-Related Research in Economics and Other Social Sciences” . *CEPR Discussion Paper*, No. DP16115, Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3846227>
- CARDOSO, Fernanda (2018). *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. Jundiaí: Paco Editorial.
- FURTADO, Celso (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1982). *A nova dependência: Dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1983). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (2004). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- HOBBSAWM, Eric J (1977). *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1995). *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras.
- GONZALEZ, Lélia (2018a). “Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”, in *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...*”. São Paulo: Diáspora Africana / UCPA
- _____ (2018b). “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira”, in *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...*”. São Paulo: Diáspora Africana / UCPA
- _____ (2018c). “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, in *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...*”. São Paulo: Diáspora Africana / UCPA
- JACINO, Ramatis (2008). *O branqueamento do trabalho*. São Paulo: Nefertiti.
- LEWIS, William Arthur (1939). *Labour in the West Indies: The Birth of a Workers' Movement*. Londres: Fabian Society Research Series No. 44.
- _____ (1955). *The Theory of Economic Growth*, London: George Allen & Unwin.
- _____ (1985). *Racial conflict and economic development*. Massachusetts: Harvard Univ. Press.
- MOREY, Maribel (2001). *White Philanthropy: Carnegie Corporation's An American Dilemma and the Making of a White World Order*. Chapel Hill: UNC Press Books.
- MYRDAL, Gunnar (1944). *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*. New York: Harperand.
- _____ (1957). *Economic Theory and Under-Developed Regions*. London: Gerald Duckworth
- PRADO JR. Caio (2000). *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense.
- RACIONAIS MC’S (2002). “Negro drama”, on *Nada como o dia após o outro dia* (disco 1: Chora Agora). São Paulo: Cosa Nostra.
- SAMPAIO, Elias (2018). A questão da mão de obra na formação econômica do Brasil: revisitando o debate à luz da teoria da causação circular acumulativa. In: XXIII encontro regional de economia, 2018, Fortaleza.
- SANKARA, Thomas (1984). *Déclaration faite à la 20e séance plénière de la 39e session de l'Assemblée générale*. ONU, 4 octobre, p. 449-455. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/69548?ln=en&v=pdf>. Acessado em 22/03/2025.
- THEODORO, Mário (2022). *A Sociedade Desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- TORRES, A. de J (2023). *A perspectiva racial de desenvolvimento de Arthur Lewis em The theory of economic growth (1955) e Racial conflict and economic development (1985): reflexões sobre cultura, sociedade e geopolítica a partir das epistemologias do sul*. Dissertação (Mestrado em Economia Política Mundial) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13358490.